



Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Concurso Público

CARGO 8: PROCURADOR CONSULTIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS



Avaliação de Potenciais
e Prova Discursiva

Aplicação:
5/12/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes à Avaliação de Potenciais, corretamente ordenados de **1 a 120**, e a prova discursiva, seguida de três páginas para rascunho.
- 2 As páginas para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Nos itens da Avaliação de Potenciais, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para o caderno de texto definitivo.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou no caderno de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I **9/12/2004**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da Avaliação de Potenciais: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **10 e 11/12/2004** – Recursos (Avaliação de Potenciais): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III **11/1/2005** – Resultado final da Avaliação de Potenciais e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Estado de Pernambuco e locais mencionados no item I.
- IV **13 e 14/1/2005** – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V **25/1/2005** – Resultado final da prova discursiva e convocação para a avaliação de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2004 – TCE/PE, de 2/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS BÁSICOS E ESPECÍFICOS

1 Ainda é muito comum o argumento de que, no
combate à pobreza no Brasil, não se deve dar o peixe, mas
ensinar a pescar. Os resultados de pesquisas recentes, no
4 entanto, indicam que ensinar a pescar pode ser muito pouco
para uma grande massa da população que já se encontra em
situação de extrema privação.

7 A pobreza é uma metáfora para o sofrimento
humano trazido à arena pública e pode ser definida de
maneiras distintas. Muita energia é despendida na busca de
10 uma definição rigorosa, capaz de distinguir com clareza o
sofrimento suficiente do sofrimento insuficiente para
classificar alguém como pobre.

13 Pesquisas baseadas nesse tipo de definição estimam
que uma fração entre um terço e metade da população
brasileira possa ser considerada pobre. Essa é uma definição
16 “forte”; e estimativas subjetivas de linhas de pobreza
demonstram que boa parte da população brasileira ainda
consideraria insuficientes as rendas de famílias que se
19 encontram em níveis superiores aos usados como linha de
pobreza nessas pesquisas.

A insuficiência de recursos nas mãos de parte da
22 população pode ser entendida como resultado ou de uma
insuficiência generalizada de recursos ou de má distribuição
dos recursos existentes. Logo, o combate à pobreza pode
25 tomar dois rumos básicos: aumentar-se o nível de recursos
per capita da sociedade ou distribuírem-se melhor os
recursos existentes. Nada impede, é claro, que as duas coisas
28 ocorram simultaneamente.

Marcelo Medeiros. **UnB Revista**, dez./2003-mar./2004, p. 37 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, a respeito das idéias e das estruturas
lingüísticas do texto acima.

1 De acordo com o texto, a “situação de extrema privação”
(l.6) justifica porque “ensinar a pescar pode ser muito
pouco” (l.4-5).

2 Pelo emprego da expressão “A pobreza é uma metáfora”
(l.7), o autor sugere que a verdadeira privação não existe;
é uma ficção social utilizada politicamente para encobrir as
desigualdades sociais.

3 A expressão “nesse tipo de definição” (l.13) refere-se à
definição de pobreza segundo critérios de “sofrimento
suficiente” e “sofrimento insuficiente”, mencionados no
parágrafo anterior.

4 Considerando que a flexão de singular preserva a coerência
textual na substituição de “as rendas” (l.18) pelo seu
correspondente singular, seria também preservada a correção
gramatical com essa substituição.

5 Na linha 24, se a opção do autor fosse enfatizar o processo,
a substituição da expressão nominal “o combate à pobreza”
pela expressão verbal **combater à pobreza** preservaria a
coerência e não prejudicaria a correção gramatical do texto.

6 No último parágrafo do texto, duas possibilidades para se
enfrentar a “insuficiência de recursos” (l.21) correspondem
às ações resumidas como “dois rumos básicos” (l.25).

1 Domesticar e planejar harmonicamente o
crescimento virou questão de sobrevivência. Nos últimos
anos, embora pouco se fale sobre isso, houve avanços.
4 Fóruns e campanhas ambientais ajudaram na formação da
cidadania. Boa parte dos brasileiros entendeu o recado.
A população se mobilizou, por exemplo, na organização da
7 coleta de lixo seletiva. Espalhados pelo país, contabilizam-se
23 fóruns a respeito de lixo e cidadania, formados por
representantes da indústria de reciclagem, entidades não-
10 governamentais e sindicais.

O cenário urbano tem tudo para ficar mais limpo.
Algumas capitais já providenciaram a reforma de pontos
estratégicos. A primeira foi Salvador, que deu cara nova
13 ao Pelourinho, hoje ponto de atração para turistas e
investimentos. Recife recuperou seu centro histórico. Em São
16 Paulo, a recuperação do centro trouxe para a região órgãos
administrativos e cinco edifícios antigos foram adaptados
para abrigar *flats*, hotéis e condomínios residenciais. Essa é
19 a tendência.

Época, 31/5/2004 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subseqüentes.

7 Na linha 2, emprega-se a flexão de singular em “virou” para
respeitar as regras de concordância com “crescimento”.

8 Preservam-se a coerência e a correção textuais ao se
substituir “O cenário urbano tem tudo para ficar mais limpo”
(l.11) por: Os cenários urbanos têm tudo para ficar mais
limpos.

9 De acordo com as idéias do texto, a expressão “deu cara
nova” (l.13) pode ser substituída por **renovou**, sem se
prejudicar a correção do texto.

10 De acordo com o texto, a limpeza e a recuperação do cenário
urbano servem como ilustração ou exemplo para a
interpretação que se deve dar à primeira oração do texto:
o crescimento harmonioso e planejado é questão de
sobrevivência.

Quanto à administração pública e à reforma do Estado
contemporâneo brasileiro, julgue os itens seguintes.

11 Apesar da sua abrangência, o Plano Diretor da Reforma do
Aparelho do Estado não citava a necessidade de reforma da
previdência.

12 O orçamento-produto é um modelo de instrumento
orçamentário compatível com os princípios da administração
pública gerencial.

13 Apesar de o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do
Estado ter como foco principal a reorganização institucional
dos órgãos da administração pública federal, de o plano
plurianual enfatizar a reformulação das práticas e dos
instrumentos de planejamento e gestão, ambos estão
alinhados aos princípios da administração pública gerencial.

14 Um adequado aparato normativo garante a transição de um
modelo de gestão burocrático para um modelo de natureza
gerencial na administração pública.

15 Os termos de parceria firmados entre o setor público e uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) consideram legítimas as despesas de pagamento de pessoal efetivamente envolvido na execução das atividades e projetos previstos no termo de parceria.

16 As OSCIPs devem ser pessoas jurídicas de direito público sem fins lucrativos.

17 Quanto à natureza jurídica, as agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito público.

Quanto à administração pública e à reforma do Estado contemporâneo, julgue os itens seguintes.

18 A Constituição Federal dispõe que as aposentadorias e as pensões dos servidores públicos federais devem ser custeadas apenas com recursos provenientes das contribuições dos servidores.

19 Faculta-se aos segurados dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios o pleno acesso às informações relativas à gestão do regime e a participação nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e de deliberação.

20 Os estados, o DF e os municípios podem definir alíquotas de contribuição previdenciária inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

Conforme o controle da administração pública no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

21 O controle político sobre os atos compostos ocorre mediante o instituto da autorização, hipótese em que a manifestação de vontade do Poder Legislativo integra o ato, tornando-o eficaz.

22 Havendo sustação de ato normativo do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa, o Congresso Nacional não só pode retirar do mundo jurídico o ato, como também sustar sua eficácia.

Considerando o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e o controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

23 Torna-se indispensável o controle, pelo TCU, da participação de entidades que lhe sejam jurisdicionadas no custeio de associação ou fundação de complementação previdenciária, mediante o processamento e o exame englobado das contas das mencionadas entidades e dos balanços e demonstrações de resultados das instituições de previdência suplementar.

24 Um regimento de tribunal de contas pode ser considerado lei material sujeita ao contraste de inconstitucionalidade perante o controle concentrado.

25 O TCU pode declarar a constitucionalidade de uma lei, bem como negar sua aplicação.

26 Aplicam-se aos membros do Ministério Público que atuam junto aos tribunais de contas as regras constitucionais relativas a direitos e vedações dos membros do Ministério Público comum.

27 Considerando que a contratação de pessoas, por parte do IBGE, para a realização de determinado censo, é ato por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, tal ato não deve ter a legalidade apreciada, para fins de registro, pelo tribunal de contas.

28 Segundo pacífico entendimento jurisprudencial, os tribunais de contas detêm competências expressamente fixadas pela Constituição Federal e, por conseguinte, não podem sofrer limitações constitucionais implícitas nem exercer competência que decorra tão-somente de norma infraconstitucional.

Com relação aos recursos cabíveis no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), julgue os itens a seguir.

29 Considere a seguinte situação hipotética.

João, respondendo a processo de tomada de contas especial perante o TCE/PE, foi, por unanimidade, condenado ao pagamento de multa.

Nessa situação, a espécie recursal cabível que João pode usar é o embargo infringente.

30 Os recursos ordinários que possuem a propriedade de modificar a decisão que está sendo atacada devem ser recebidos no efeito devolutivo. Já o efeito suspensivo suspende medidas que deveriam ser implementadas após a decisão. Os recursos ordinários do TCE/PE podem ser recebidos em ambos os efeitos, salvo se interpostos em processo relativo a aposentadoria, que podem ser recebidos somente em efeito devolutivo.

Considerando a Lei Orgânica do TCE/PE, julgue os seguintes itens.

31 É competência do TCE/PE efetuar os cálculos dos limites com despesa de pessoal na administração pública federal.

32 Se o TCE/PE considerasse irregulares as contas de um governador, tal fato, por si só, não produziria qualquer consequência direta, nem sanção direta.

33 Considere a seguinte situação hipotética.

Houve omissão no dever de prestar contas quanto à aplicação de recursos estaduais repassados, mediante convênio, pela Secretaria Estadual de Educação à Associação dos Voluntários de Pernambuco.

Nessa situação, pode a administração estadual instaurar tomada de contas especial.

34 Conforme a referida lei, os órgãos ou entidades da administração pública do estado que utilizam processamento eletrônico de dados devem apresentá-los ao TCE/PE por meio magnético ou assemelhado, sendo facultativa sua emissão gráfica.

No referente às normas constitucionais, ao poder reformador e ao controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

- 35 No caso das normas constitucionais conhecidas como programáticas, assim como no das classificadas como de eficácia limitada, é juridicamente válido o advento de norma infraconstitucional que lhes seja contrária, justamente porque a eficácia delas é deficiente.
- 36 As chamadas restrições ou limitações processuais ao poder reformador são aquelas relativas ao rito necessário à aprovação das emendas constitucionais; segundo a doutrina majoritária, não é facultado ao poder derivado atenuar essas limitações.
- 37 Quando o tribunal competente para o controle concentrado de constitucionalidade adota a técnica da interpretação conforme a Constituição, o resultado do julgamento é de declaração de inconstitucionalidade da norma examinada.
- 38 Segundo a doutrina e de acordo com súmula do Supremo Tribunal Federal (STF), os tribunais de contas podem exercer o controle de constitucionalidade no âmbito de sua competência, controle esse que possui natureza concentrada.

No relativo aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item abaixo.

- 39 A ação popular, tal como prevista na Constituição da República, não é necessariamente dependente da prova do requisito da lesividade econômica para que seu pedido seja julgado procedente.

Em relação à organização e aos poderes do Estado brasileiro e à administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 40 Se houver causa que justifique a decretação de intervenção em ente da Federação, a circunstância de o respectivo governador ou prefeito renunciar ao exercício do cargo não impede necessariamente aquela decretação.
- 41 Se um deputado estadual cometer crime contra o Instituto Nacional do Seguro Social, que é autarquia federal, deverá ser processado por um tribunal regional federal (TRF); se, porém, um conselheiro do TCE/PE cometer idêntico delito, a competência para julgá-lo e processá-lo será do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- 42 De acordo com a ordem jurídica brasileira, é possível aos diferentes ramos do Ministério Público desempenhar outras funções além daquelas expressamente previstas no texto constitucional, desde que elas sejam compatíveis com a finalidade do órgão e hajam sido previstas em lei federal.
- 43 O princípio da moralidade envolve um conceito indeterminado, que é a própria noção de moralidade, a qual não é definida de modo preciso no ordenamento jurídico; por conseguinte, a ocorrência de ofensa ao princípio deve ser elucidada em cada caso, em face do direito e com o fim de realizar a ética na administração pública.

Acerca da tributação e do orçamento, da ordem econômica e financeira e da ordem social, julgue os itens que se seguem.

- 44 Uma das mais importantes limitações constitucionais ao poder de tributar consiste no princípio da legalidade, que impõe a definição expressa, na lei, dos aspectos essenciais da norma impositiva; não obstante, alguns aspectos dessa norma não precisam ser necessariamente explicitados por ela, pois, em alguns casos, podem ser presumidos, a exemplo do âmbito territorial de alcance da norma.
- 45 Na repartição da competência tributária, a Constituição atribuiu aos entes da Federação, de maneira genérica, a competência para instituir impostos e taxas, ou seja, não fez referência a cada um dos conjuntos de situações em que um desses tributos poderia ser cobrado.
- 46 Pode o estado-membro baixar decreto desapropriatório de terra rural para fins de reforma agrária, desde que, por força do princípio da simetria, siga os princípios aplicáveis à desapropriação para essa finalidade, de competência da União.
- 47 No tópico constitucional relativo à proteção do ambiente, estabeleceu-se que a mata atlântica constitui patrimônio nacional, embora isso não signifique que todas as terras integrantes desse ecossistema tenham passado a ser bens públicos.

Com referência à Constituição de Pernambuco, julgue o item abaixo.

- 48 Se o responsável pelo controle interno de um órgão do poder público estadual vier a tomar conhecimento de ato ilícito e lesivo ao erário, cometido por autoridade do órgão, estará obrigado a dar ciência do fato ao TCE/PE, sob pena de responsabilidade administrativa; a responsabilidade civil pelo dano, contudo, assim como a penal, será apenas do autor do ato antijurídico.

Quanto ao poder normativo, julgue os itens a seguir.

- 49 O poder normativo originário é aquele cuja competência é outorgada pela Constituição Federal.
- 50 O poder normativo é privativo do chefe do Poder Executivo.
- 51 O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir funções e cargos públicos vagos.

Com relação a competência, julgue os itens seguintes.

- 52 Somente emenda constitucional poderá autorizar os estados a legislar sobre questão específica em matéria de licitação e contratos administrativos.
- 53 É competência comum da União, estados e municípios legislar sobre desapropriação.
- 54 Na hipótese de não existir legislação da União relativa a direito urbanístico, os estados ficam autorizados a exercerem a competência plena, até que sobrevenha legislação federal que disponha normas gerais acerca desse tema.

Com referência a concessões e permissões de serviços públicos, julgue os itens subseqüentes.

- 55 Quando a permissão se der a título precário, será dispensada a licitação.
- 56 As permissões de serviço público são formalizadas mediante contrato de adesão.
- 57 É vedada a concessão de serviço público por prazo indeterminado.

De acordo com a Lei Estadual n.º 11.743/2000, julgue os itens a seguir.

- 58 Deve ser feita por decreto a qualificação das entidades sem fins lucrativos, como organizações sociais ou organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs).
- 59 Para os fins da referida lei, instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos e cultos podem ser credenciadas como OSCIPs.

Acerca da Lei Estadual n.º 11.781/2000, julgue os itens que se seguem.

- 60 Por motivo de conveniência técnica, pode a autoridade delegar sua competência para julgamento de recurso em processo administrativo.
- 61 É irrecorrível a decisão que indefere a alegação de suspeição.

Com base nas normas que regem os servidores públicos civis do estado de Pernambuco, julgue o item abaixo.

- 62 A cessão de defensor público do estado para exercer o cargo de secretário de Estado na cidade de Fortaleza – CE encontra respaldo legal.

Quanto a mandado de segurança, ação civil pública e ação popular, julgue os itens a seguir.

- 63 Não se admite a propositura de ação popular ou de ação civil pública quando o ato que se pretende anular for praticado por autoridade que seria sujeita, em mandado de segurança, à competência originária de tribunal.
- 64 A suspensão da execução de liminar em ação movida contra o poder público pode ser requerida pelo Ministério Público ou por pessoa jurídica de direito público interessada, nas hipóteses previstas em lei, dirigindo-se o pedido ao presidente do tribunal de justiça, se a liminar for deferida por juiz de direito, ou ao presidente do TRF, se a liminar for deferida por juiz federal.
- 65 Na hipótese de liminar concedida por membro de tribunal de justiça ou TRF, a suspensão será requerida ao presidente do STF ou do STJ, conforme se trate de matéria constitucional ou legal.

No que se refere à competência, julgue os itens seguintes.

- 66 A competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da fazenda pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o de falência, concordata, liquidação, insolvência e inventário, sendo o devedor fiscal, de regra, executado no foro do seu domicílio, no de sua residência ou, na impossibilidade dessas duas situações, onde for encontrado.
- 67 No mandado de segurança, sendo a autoridade impetrada juiz de direito diretamente vinculado ao tribunal de justiça local, será irrelevante a matéria discutida para deslocar a competência para a justiça federal, permanecendo competente a justiça estadual.
- 68 O reconhecimento da incompetência absoluta é causa de extinção do processo sem julgamento de mérito, segundo o Código de Processo Civil.

Em relação aos recursos, julgue os itens que se seguem.

- 69 O juiz que houver proferido voto pela inadmissibilidade do recurso, por intempestividade, por exemplo, se ficar vencido quanto a essa preliminar, está impedido de prosseguir no julgamento do feito, pronunciando-se sobre o mérito recursal.
- 70 Se o autor pediu reparação por danos morais e materiais e seus pedidos foram julgados improcedentes, o recurso interposto para pleitear somente a concessão dos danos materiais não impedirá o tribunal de prover o recurso para incluir os danos morais, tendo em vista que esse tipo de dano independe de pedido expresso do autor.
- 71 No agravo retido, não há juízo de retratação porque o seu conhecimento fica diferido para depois da prolação da sentença e interposição de recurso de apelação.
- 72 Compete ao relator do acórdão embargado apreciar a admissibilidade dos embargos infringentes que, mesmo admitidos nessa fase, poderão sofrer juízo de admissibilidade negativo pelo órgão *ad quem*, não se podendo falar em preclusão *pro iudicato* nessa hipótese.

Julgue os itens subseqüentes de acordo com o entendimento do STJ.

- 73 O juiz que concluir a instrução processual deverá proferir sentença ainda que se aposente ou venha a ser promovido, pois o princípio da identidade física do juiz só deixa de prevalecer nas hipóteses em que o magistrado venha a falecer ou seja acometido de grave doença que o impeça de proferir decisão no feito.
- 74 É especial a sistemática para a condenação em honorários advocatícios quando vencida a fazenda pública, não se aplicando a regra geral de percentual sobre a condenação.
- 75 O cheque prescrito pode ser cobrado somente por ação de conhecimento que siga o rito ordinário ou sumário, conforme seja o valor do título. Não se admite, no entanto, a propositura de ação monitória, pois esta exige requisitos especiais por ser misto de processo de conhecimento e de execução.
- 76 Admite-se que o impetrante desista do mandado de segurança somente se houver expressa concordância da autoridade impetrada, pois a fazenda pública não pode ficar à mercê dos caprichos do autor.

Acerca da responsabilidade civil, da tutela ambiental e da proteção ao consumidor, julgue os itens a seguir.

77 A responsabilidade civil por ato de terceiro permite estender a obrigação de reparar o dano a pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização. Nesse caso, a obrigação de indenizar é proveniente da culpa presumida do agente, consistente no descumprimento do dever de vigilância ou do dever de escolha do preposto.

78 A responsabilidade objetiva pelo dano ambiental rege-se pelo princípio da reparação integral do dano, ou seja, buscase o culpado pela degradação, que deverá arcar com a compensação ampla da lesão causada ao meio ambiente. Sempre que possível, haverá o retorno do estado anterior do bem afetado; quando tal possibilidade fracassar, recairá sobre o poluidor a condenação pelo pagamento de indenização. No entanto, quando o poluidor for pessoa jurídica, a reparação integral do dano não poderá implicar aniquilação financeira da empresa.

79 Considere a seguinte situação hipotética.

Manoel e sua esposa adquiriram imóvel residencial pelo Sistema Financeiro de Habitação, em bairro situado na periferia de determinada cidade. Patrocinados pela defensoria pública, o casal propôs ação ordinária de indenização, com vista à condenação de uma construtora na reparação dos defeitos de construção do imóvel adquirido e no pagamento pelos prejuízos daí advindos. Os autores instruíram os autos com farta prova documental consistente em fotos do imóvel. No entanto, a sentença firmou a improcedência do pedido na ausência de perícia técnica, sendo imputada a falta aos autores, por não terem depositado os honorários dos peritos.

Nessa situação, à luz do Código de Defesa do Consumidor, os autores têm direito à inversão do ônus da prova, se não tiverem como suportar gastos com o pagamento do perito e, ainda, se os autos ostentarem fotos que emprestem verossimilhança às alegações feitas na petição inicial.

80 Considere a seguinte situação hipotética.

Os pais da menor Carla pleitearam, em juízo, indenização em desfavor de uma escola particular, em razão de acidente ocorrido com a filha durante atividade escolar, em horário destinado à recreação. Nessa ocasião, a menor sofreu grave fratura no braço esquerdo em decorrência de queda de um dos brinquedos instalados no pátio da escola.

Nessa situação, surge para a escola a obrigação de indenizar decorrente da responsabilidade objetiva do serviço prestado.

No que se refere a contratos, julgue os seguintes itens.

81 A onerosidade excessiva é um vício que justifica a anulação do contrato, por fato superveniente ao negócio que rompe o equilíbrio e a sociabilidade do contrato.

82 O princípio da equivalência material desenvolve-se em dois aspectos distintos: subjetivo e objetivo. O aspecto subjetivo leva em conta a identificação do poder contratual dominante das partes e a presunção legal de vulnerabilidade. O aspecto objetivo considera o real desequilíbrio de direitos e deveres contratuais que pode estar presente na celebração do contrato ou na eventual mudança do equilíbrio em razão de circunstâncias supervenientes que resultem em onerosidade excessiva para uma das partes.

83 Nulo é o contrato que atenta contra norma de ordem pública ou que seja viciado por erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores. A nulidade pode limitar-se apenas a uma cláusula, se não contaminar as demais.

A respeito do direito das obrigações, julgue os itens subsequentes.

84 Em se tratando de obrigações negativas, tanto a ocorrência do fato gravado com o dever de abstenção, por culpa do devedor, quanto a prática direta do ato pelo mesmo — caso de inadimplemento voluntário — repercutirão em perdas e danos, assim entendidos o dano emergente e os lucros cessantes, desde a violação até a cessação do descumprimento ou desfazimento do ato.

85 Considere a seguinte situação hipotética.

Caio propôs ação de execução por título executivo extrajudicial contra Fábio e Lucas, devedores solidários. Após a citação válida de Fábio, o processo permaneceu inerte por sete anos consecutivos.

Nessa situação, é correta a afirmação de que restou interrompida a prescrição, uma vez que a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais devedores e seus herdeiros.

Acerca de posse, propriedade e servidão, julgue os itens que se seguem.

86 O direito real de servidão de trânsito tornada contínua e aparente por meio de obras visíveis e permanentes realizadas em prédio serviente para o exercício do direito de passagem é passível de proteção possessória e prescinde do encravamento do imóvel dominante.

87 As terras públicas estão excluídas da proteção possessória, tendo em vista o caráter de precariedade de que se revestem as detenções daquele patrimônio. No entanto, a tolerância do poder público quanto à ocupação dos bens públicos de uso comum ou especial por particulares faz nascer para estes direito assegurável pelos interditos possessórios, transmudando a posse precária em permissão de uso.

88 Aquele que detém a posse justa de um imóvel por prazo exigido por lei poderá adquirir a propriedade do mesmo por meio da prescrição aquisitiva ou usucapião.

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais que tratam do regime previdenciário dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

89 As diretrizes constitucionais do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo incluem o caráter contributivo e solidário, sendo o referido sistema custeado com contribuições devidas exclusivamente pelos segurados.

90 Considere a seguinte situação hipotética.

Um servidor público, detentor de cargo efetivo, no qual foi empossado na vigência das normas constitucionais atualmente em vigor, um ano após ter entrado em exercício, contraiu doença incurável.

Nessa situação, considerando a sistemática atual do regime de previdência dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo definida pela Constituição Federal, o referido servidor terá direito à aposentadoria por invalidez, com proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.

- 91 A aposentadoria voluntária de servidor ocupante de cargo efetivo deverá ser percebida de forma integral caso ocorra o atendimento dos seguintes requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria, 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher.
- 92 Os servidores públicos ocupantes de cargo em provimento comissionado estão inseridos no regime geral de previdência social (RGPS), no âmbito do qual também se inserem os empregados públicos.
- 93 Segundo as normas constitucionais relativas ao regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, não há óbice à percepção de proventos de aposentadoria decorrente do referido regime por servidor ocupante de cargo efetivo que já conte com a percepção de aposentadoria decorrente do RGPS.
- 94 Segundo as normas infraconstitucionais que tratam da organização do regime previdenciário dos servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, considerando que a gestão do sistema é de responsabilidade exclusiva do ente público federativo, não é garantido o livre acesso dos segurados às informações inerentes à gestão.
- 95 A contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios para o sistema de previdência dos servidores públicos estatutários efetivos não pode exceder, a qualquer título, a um terço da contribuição do segurado.
- 96 A União, os estados e os municípios podem estabelecer teto-limite em relação ao valor dos proventos de aposentadoria de servidores ocupantes de cargo efetivo, na forma do RGPS, sendo facultativa a criação de sistemas de previdência complementar, os quais serão instituídos por meio de fundos de previdência de natureza privada.
- 97 Compete à União, por meio do Ministério da Previdência Social, a supervisão, a orientação e o acompanhamento dos fundos de previdência complementar voltados aos servidores ocupantes de cargo efetivo nos estados, no DF e nos municípios.
- 98 Segundo as normas constitucionais vigentes, para os servidores ocupantes de cargo efetivo que exija formação de nível superior, é possível instituir regime de previdência distinto do instituído para os ocupantes de cargo efetivo que exija formação de nível médio.

Considerando os institutos inerentes ao direito material e processual do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 99 Segundo a jurisprudência predominante no Tribunal Superior do Trabalho (TST), a terceirização em caráter permanente será lícita, desde que envolva serviços de vigilância, conservação, limpeza ou outros serviços, devendo estes serem vinculados às atividades-meio do tomador de serviços, sendo irrelevante a existência de pessoalidade e subordinação direta.

- 100 O estabelecimento de relação de emprego entre trabalhador e administração pública depende de prévia realização de concurso público. A ausência de concurso público implica a nulidade do contrato de trabalho, sendo, porém, segundo a jurisprudência do TST, devido ao trabalhador apenas o pagamento da contraprestação pactuada relativo ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

- 101 Segundo a jurisprudência do TST, o empregado público contará com a estabilidade prevista na Constituição Federal, dependendo da esfera da administração pública em que esteja inserido. Estando inserido no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional, contará com a referida estabilidade, ao passo que, sendo empregado de empresas públicas ou sociedades de economia mista, não contará com o referido direito estabilitário.

- 102 Segundo o disposto na CLT, ao tratar do instituto da ação rescisória, a execução da decisão proferida em ação rescisória será feita nos próprios autos da ação que lhe deu origem e será instruída com o acórdão da rescisória e com a respectiva certidão de trânsito em julgado.

- 103 Considere a seguinte situação hipotética.

Tendo sido proferida, por tribunal regional do trabalho, sentença normativa em dissídio coletivo de natureza econômica, foi ajuizada, com fundamento nessa decisão, ação de cumprimento, que transitou em julgado. Posteriormente ao trânsito em julgado da sentença proferida em ação de cumprimento, a sentença normativa foi reformada pelo TST, tendo sido o dissídio coletivo extinto sem julgamento de mérito.

Nessa situação, segundo a jurisprudência dominante no TST, a única hipótese de impedir o prosseguimento da execução da sentença proferida na ação de cumprimento seria o ajuizamento de ação rescisória para atacar a referida sentença (proferida em ação de cumprimento).

A respeito dos crimes contra a administração pública, em cada um dos itens subseqüentes é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 104 Um empregado do departamento de finanças de uma sociedade de economia mista, aproveitando-se do fato de que o chefe da unidade, responsável pelo recebimento de créditos e pagamento de despesas, havia saído para o almoço e deixado o cofre aberto, subtraiu da empresa, em proveito próprio, a importância de R\$12.000,00 em dinheiro e cheques. Nessa situação, o empregado praticou o crime de peculato-furto.

- 105 João firmou contrato temporário para prestar serviços de consultoria em um órgão da administração pública direta, onde se intitulou ocupante de um cargo em comissão para o qual não havia sido nomeado, propalando a todos os servidores da unidade que era subsecretário de planejamento e orçamento. Nessa situação, João praticou o crime de usurpação de função pública.

Acerca do inquérito policial, da ação penal e da imputabilidade penal, em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

106 Um delegado de polícia recebeu uma denúncia anônima delatando a prática de um crime de peculato praticado por um servidor público. Nessa situação e, consoante atual entendimento do STJ e do STF, tratando-se de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial está obrigada a instaurar inquérito policial, indiciando o servidor público.

107 Um promotor de justiça ofertou denúncia contra João e Paulo, por terem praticado, em concurso de pessoas, crime de concussão. Durante a instrução do processo, ficou comprovada a participação de José no evento criminoso. Nessa situação, o Ministério Público poderá aditar a denúncia ou ajuizar, em separado, outra ação penal contra José, por não ser aplicável, na espécie, o princípio da indivisibilidade.

108 André praticou um crime de roubo à 00 h 30 min do dia em que estava completando 18 anos de idade. Nessa situação, se tiver nascido às 18 h 30 min, portanto, em horário anterior ao da prática da infração penal, André será considerado penalmente inimputável.

Relativamente às normas pertinentes à lei orçamentária constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

109 O conceito de receita corrente líquida, utilizado no cálculo de indicadores de responsabilidade fiscal, envolve, no caso dos estados, o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzido das transferências constitucionais para municípios.

110 Se determinado governante federal não instituiu o imposto sobre grandes fortunas, sua gestão deve ser classificada, sob a ótica da LRF, como irresponsável.

111 Para se elaborar a projeção da receita que deve constar do projeto de lei de orçamento devem ser levados em consideração os efeitos das alterações na legislação e o crescimento econômico e deve ser desconsiderada a variação do índice de preços.

112 Entendendo o Poder Legislativo que a receita prevista no projeto estimada pelo Poder Executivo pode ser diferente, poderá reestimá-la, desde que comprove erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Julgue os itens seguintes, que se referem ao plano plurianual e à lei orçamentária anual.

113 No plano plurianual, devem estar presentes as metas e as prioridades para cada ano de governo.

114 Conforme a Constituição Federal, qualquer investimento considerado relevante sob a ótica econômica somente pode ser iniciado se estiver presente no plano plurianual, mesmo que tenha de ser executado integralmente dentro de um mesmo exercício financeiro.

115 É considerada lesiva ao patrimônio público a criação de uma ação governamental que acarrete aumento de despesa sem declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.

116 A programação financeira pública é fundamentalmente estabelecida por meio de decreto que deve ser editado após a publicação dos orçamentos e que deve conter o cronograma de execução mensal de desembolso.

117 Se determinada receita é vinculada a certo tipo de despesa, os recursos dela arrecadados em um exercício financeiro somente podem ser aplicados em outra finalidade após encerrado o respectivo exercício financeiro de arrecadação.

Relativamente ao crédito público e à dívida pública, julgue os itens subsequentes.

118 No conceito de responsabilidade fiscal, se o estado de Pernambuco recebe antecipadamente valores provenientes da venda a termo de bens, tal negócio não se caracteriza como operação de crédito.

119 Se um estado ultrapassa os limites de endividamento estabelecidos na LRF e nas resoluções do Senado Federal, a única consequência verificada é a impossibilidade de contratar mais empréstimos.

120 A dívida mobiliária pública é composta de títulos públicos e de empréstimos tomados pelo poder público.

PROVA DISCURSIVA — PARECER

- Nesta prova — que vale **trinta pontos** —, faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer texto aquém da extensão mínima de **trinta** linhas será apenado e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **noventa** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! No caderno de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A Constituição Federal determinou o controle dos gastos com pessoal da administração pública como mecanismo de controle fiscal. Em face dessa assertiva, redija um texto em forma de parecer no qual discorra a respeito do controle dos gastos com pessoal e responda, justificadamente e da forma mais completa possível, aos seguintes questionamentos.

- ▶ Qual o bem jurídico se pretende proteger com a limitação de gastos com pessoal?
- ▶ Quais as formas preventivas desse controle previstas na Constituição Federal?
- ▶ Qual a incidência constitucionalmente estabelecida do controle preventivo sobre as empresas estatais?
- ▶ Quais as formas de redução da despesa, com pessoal preconizadas na Constituição Federal para o caso de superação do limite estabelecido para o gasto com pessoal?
- ▶ Quais os limites para o gasto com pessoal legalmente impostos a cada um dos poderes e ao Ministério Público do Estado de Pernambuco?
- ▶ Qual a base de cálculo (e sua formulação) utilizada para, sobre ela, se calcular o limite com gastos para pessoal a que está sujeito o estado de Pernambuco?
- ▶ Quais os requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal que, se não forem atendidos, tornam nulos os atos relativos a despesas com pessoal?
- ▶ Quais as conseqüências jurídicas de a despesa com pessoal ultrapassar 95% do limite estabelecido para o Poder Legislativo do Estado de Pernambuco.

RASCUNHO – PARECER – 1 / 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARECER – 2 / 3

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PARECER – 3 / 3

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	